

MEMÓRIA E (RES)SENTIMENTO: INSTANTES DO MASSACRE DA CORÉIA DO SUL

MEMORY AND (RE)SENT[*I*]MENT: JIFFIES OF SOUTH KOREA'S MASSACRE

Renan Kenji Sales Hayashi¹

RESUMO: o presente artigo trata de um recorte de análise da obra *Atos Humanos* (2021), da autora sul-coreana Han Kang. A obra descreve acontecimentos relacionados ao massacre de jovens estudantes em maio de 1980, especialmente na cidade de Gwangju. A partir de uma perspectiva de memória e esquecimento, trabalhamos com a noção de testemunho póstumo de um dos personagens, dentro do romance polifônico. Esse testemunho adquire um relevo especialmente particular se lido a partir da ótica dos arquivos históricos e registros documentais. O tempo vivo da memória alcance um patamar de ressignificação de sentidos precisamente porque a arte possibilita a leitura da história e a história chancela a leitura da arte. E a literatura se coloca como o ponto de encontro dessa profusão de sentidos, sendo o testemunho da personagem a materialidade para lidar com memória, esquecimento, (res)sentimento e violência.

PALAVRAS-CHAVE: Literatura Coreana; Han Kang; Memória; Testemunho.

ABSTRACT: This article is an analysis of the book *Human Acts* (2021), by the South Korean author Han Kang. The work describes events related to the massacre of young students in May 1980, especially in the city of Gwangju. From a perspective of memory and forgetting, we work with the notion of posthumous testimony of one of the characters, within the polyphonic novel. This testimony acquires a particular relevance if read from the perspective of historical archives and documentary records. The living time of memory reaches a level of resignification of meanings precisely because art allows the reading of history and history confirms the reading of art. And literature stands as the meeting point for this profusion of meanings, with the character's testimony being the materiality to deal with memory, forgetfulness, (re)sent[*i*]ment and violence.

KEYWORDS: Korean Literature; Han Kang; Memory; Testimony.

¹ Doutor em Linguística Aplicada pela Universidade Estadual de Campinas – Brasil. Professor da Escola Superior de Administração, Marketing e Comunicação de Campinas – Brasil. ORCID iD: <http://orcid.org/0000-0001-8602-8765>. E-mail: renanhayashi@hotmail.com.

1 INTRODUÇÃO

Sous l'histoire, la mémoire et l'oubli.

Sous la mémoire et l'oubli, la vie.

Mais écrire la vie est une autre histoire.

Inachèvement

(Paul Ricœur, 2000, p. 657)



Gwangju, Coréia do sul. Primavera de 1980. O governo de Chun Doo Hwan reprime com agressividade ilógica atos contra o regime autoritário instalado no país após golpe militar. O exército atua, sobretudo, contra jovens e estudantes do país. Algumas dessas atuações foram capturadas pelas lentes e filmes de testemunhas que viveram tempo suficiente para capturar o instante inapreensível do que escapa, muitas vezes, à própria linguagem: a violência. A foto acima², de autoria desconhecida, registra um desses momentos de escape da linguagem. O plano principal é cortado por uma linha diagonal feita por

² Fonte: <https://www.nytimes.com/2017/08/02/world/asia/south-korea-taxi-driver-film-gwangju.html>, acesso em junho de 2021.

cordas e pessoas atadas às cordas. Corda e gente andam em direção a um lugar para além da árvore à esquerda. Embora não se vejam os rostos dos sul-coreanos, é possível agrupá-los em dois conjuntos: aqueles que estão atados à corda e estão sem capacete militar e aqueles que estão soltos e com capacete. Apenas um deles foge à regra.

Um personagem ao centro da fotografia. Não está atado à corda. Ele não porta capacete. Ele porta uma câmera fotográfica. Assim como a pessoa que tirou a foto que vemos acima, ele soube registrar, a partir de outro ponto de vista, o que ocorria ante a seus olhos. No jogo de lentes, esta fotografia também registrou quem capturou instantes e os deixou para a eternidade. Quase como em um lance espelho que se refletem, a lente de um fotógrafo foi registrada por outro. E ambos gravam o momento em imagem especular. Uma imagem preñe de história e estória. História de um dos regimes mais sangrentos e mais autoritários da Coréia do Sul. Estória de dezenas de cidadãos que perderam a vida na luta contra o regime.

Contudo, é precisamente por conta de um registro fotográfico como este que história e estória podem dar as mãos e sobreviver ao tempo corrente. Como se a fotografia, por si mesma, tivesse a potência da enunciação daquilo que as instituições e a passagem do tempo buscam apaziguar. Robin (2016, p. 373) assevera que “sob a fotografia de um ser humano, sua história se encontra como se estivesse enterrada embaixo de uma camada de neve”. Se assim o for, vemos como a literatura, muitas vezes, é a pá que escava as camadas de neve e põe a nu – não sem poética – as narrativas que se escondem sob as poeiras do tempo e da neve; dos abusos e dos ocultamentos; da escritura e do ressentimento. Enfim, da memória – individual ou coletiva – que mira no futuro a tentativa de contornar esquecimento e (d)enunciar aquilo que não cessa de se inscrever.

Portanto, é a partir desse enodamento que procuramos estruturar o presente artigo. Discutimos o estatuto da fotografia e das artes plásticas como

substrato vivo para condução de narrativas literárias que misturam realidade e ficção, partindo da chave da memória coletiva. Nosso contexto de pesquisa investigado é a década de 1980, na Coreia do Sul, momento de profunda transformação político-partidária no país, dado o golpe militar que conduziu o ditador Chun Doo Hwan ao poder, após deposição e morte do também ditador Park Chung Hee, o qual permaneceu no poder por cerca de vinte anos. Interessamos investigar as relações entre história e memória vazadas por semioses como a fotografia e a literatura, uma vez que estes elementos trabalham – cada qual à sua maneira – com diferentes efeitos de sentido que possibilitam não somente o registro de um tempo, mas também a contação de fatos e eventos que apontam para acontecimentos que marcam profundamente a experiência humana em sociedade, na cultura e no contato-confronto com as instâncias de poder.

Com efeito, entendemos que fotografia, literatura e as artes plásticas podem funcionar como arcontes (DERRIDA, 2001) de um recorte temporal. E seus leitores depositam nesses arquivos a perspectiva de guardiães do tempo e da memória. Para conduzir a proposta de análise ora descrita, trabalhamos com registros fotográficos tirados durante os levantes da população sul-coreana contra o regime político autoritário, bem como um recorte específico – testemunho em primeira pessoa – da obra literária *Atos Humanos* (2021) da autora Han Kang, que descreve, a partir de um romance polifônico, os horrores vivenciados por diferentes personagens ante a um regime que buscava silenciar, sobremaneira, aqueles que ousavam questionar valores e direitos inerentes à experiência humana. Como forma de delinear e conduzir de uma maneira mais cerceada, lançamos mão de uma pergunta de pesquisa, qual seja: de que maneira os arquivos e a literatura sobre regimes ditatoriais podem ser interpretados como guardiães da memória coletiva e dos (res)sentimentos de uma nação ante a acontecimentos traumáticos?

Ressalta-se que, por limitação de espaço, não trabalhamos – com a necessária profundidade requerida –, neste manuscrito, com a obra inteira, nem

com a dimensão da escrita do trauma na literatura, muita embora reconhecamos sua premente presença em casos como este da ditadura sul-coreana dos anos de 1980 e outros tantos casos. Interessa-nos, portanto, investigar de que maneira a memória, o esquecimento e os (res)sentimentos de um povo são trazidos à baila por elementos como a fotografia, as artes plásticas e a literatura, os quais apontam para múltiplos efeitos de sentido e para uma interpretação singular de acontecimentos históricos. Em nossa leitura, tais acontecimentos históricos, por um lado, operam nas tramas da história a partir de um encaminhamento que busca balizar pontos de vista e apaziguar propostas que não são conciliáveis, como crimes contra a humanidade, tortura e supressão de direitos fundamentais. Por outro, vemos como tais acontecimentos não cessam de se inscrever na memória do povo e, bem por isso, devem ser lidos e interpretados por elementos que possam testemunhar ocorridos no lugar daqueles que não puderam sobreviver para contar. Dito de outro modo, veremos de que maneira a fotografia, a literatura e a arte testemunham o (im)possível que restou daqueles que não tiveram a chance de se conciliar com o passado a partir da chave memorialística.

À vista disso, começamos com uma incursão nos estudos sobre memória e esquecimento. Em seguida, lidamos com aspectos mais analíticos a partir das fotografias e da obra de Han Kang. Por fim, abrimos espaço para alinhavos finais que desejam abrir novas costuras a partir daqui. O caráter ensaístico deste manuscrito se dá pela natureza introdutória da pesquisa ora descrita. Passemos à memória.

2 MEMÓRIA, ESQUECIMENTO E (RES)SENTIMENTO

Didi-Huberman (2017, p. 67) é assertivo quando diz que “[...] a arte da memória não se reduz ao inventário dos objetos trazidos à luz, objetos claramente visíveis. [...] a arqueologia não é apenas uma técnica para explorar

o passado, mas também, e principalmente, uma anamnese para compreender o presente”. O francês, em visita ao campo de concentração de Auschwitz-Birkenau, em junho de 2011, conclui que objetos e fotografias que se extraem do passado dão sustentação para pensarmos o lugar da história, do que sobrou, do que sobreviveu, apesar da ausência imanente de testemunhas vivas em lugares de memória. Nesse sentido, por mais que o elemento humano não estivesse lá para enunciar os fatos acontecidos décadas antes, os restos de história se encarregavam de contar o que os idealizadores do Holocausto procuravam ocultar. À vista disso, o historiador da arte conclui “[a] memória não requer apenas a nossa capacidade de fornecer lembranças circunstanciadas. As testemunhas eminentes dessa história [...] transmitiram tanto afetos quanto representações, tanto impressões fugazes, irrefletidas, quanto fatos declarados (DIDI-HUBERMAN, 2017, p. 52).

Sendo um acontecimento histórico incontornável, o Holocausto, pela perspectiva de Didi-Huberman (2017), é constantemente iterado e retomado não somente como mecanismo de narrativização e explicação do fato, como também forma de elaboração e de freio de possíveis repetições e retomadas por agentes intencionados em subjugar povos e culturas. Pudera, esse passado, que parece, a um só tempo, pertencente a um grupo de nações e a todos, é constantemente retomado e esmiuçado, como se a descrição dele fosse irremediavelmente falha e incompleta. Se principiamos a presente seção relembrando um caso de Holocausto, foi precisamente para exemplificar que acontecimentos do passado nunca são deixados no passado. Ao contrário. É porque aconteceram em um registro temporal anterior, que eles podem se dar a explicar e elaborar os desígnios do presente. Em uma escala social e histórica. Para Robin (2016, p. 31), “[o] passado não é livre. Nenhuma sociedade o deixa à mercê da própria sorte. Ele é regido, gerido, preservado, explicado, contado, comemorado ou odiado”. E autora franco-quebequense ainda completa “[p]or esse passado, normalmente distante, mais ou menos imaginário, estamos

prontos para lutar, para estripar o vizinho em nome da experiência anterior de seus ancestrais” (ROBIN, 2016, p. 31).

À vista disso, o que se vê, a partir dos estudos de memória, é um interesse premente em manejar as bordas dos acontecimentos passados, de tal sorte que o que se obtenha dele abra caminho para o curso do rio do presente. E por manejo de bordas não estamos dizendo necessariamente a contação cirúrgica e precisa dos fatos, uma vez que esta ocorre apenas no plano ilusório. Não há versão única dos fatos. Não há narrativa derradeira para acontecimentos. E é precisamente porque estas são da ordem do impossível que nenhuma sociedade deixa esse passado abandonado à própria sorte. Ao menos não deveria.

Diferentemente da historiografia, a qual busca manter laços de casualidade; de cronologia, de periodização e consonância; a memória irrompe, muitas vezes, a despeito da volição individual. Mesmo adormecida, qual vulcão, a memória pode tornar-se explosiva (ROBIN, 2016). Esse aspecto pode ser evidenciado de muitas maneiras, mas é, por exemplo, na dimensão do testemunho que o recurso memorialístico irrompe sem pedir licença. Dizemos que o testemunho se enlaça à memória precisamente, como assevera Derrida (2015, p. 54), porque “[s]ó se testemunha lá onde se viveu mais tempo do que aquilo que acabou de acontecer”. Disso, decorre que “[p]or essência um testemunho é sempre autobiográfico: ele diz, na primeira pessoa, o segredo, partilhável e impartilhável do que me aconteceu, a mim, só a mim, o segredo absoluto do que estive em posição de viver, ver, entender, tocar, sentir e ressentir” (DERRIDA, 2015, p. 54). Esse ponto é crucial para o que empreenderemos de análise das narrativas sobre a ditadura sul-coreana na década de 1980. A centralidade do testemunho como índice de memória. Voltaremos a ele mais tarde.

Com efeito, no testemunho, a posição subjetiva é colocada em primeira pessoa e é incitada a narrar e rememorar acontecimentos passados. Conforme pontua Derrida (2015), só se testemunha o que se teve tempo suficiente para ultrapassar e rememorar, sem necessariamente elaborar. Essa falta de elaboração, de proposição de sentido, fica evidente quando o curso da memória entra na seara do trauma. Robin (2016) defende que um trauma pode cumprir um papel de “estabilizador de lembranças” (p. 31) por até mesmo séculos, uma vez que o trauma “[...] vai autorizar todos os tipos de distorções do episódio recalcado, e as lendas, que não puderam se inscrever na memória oficial, vão, no entanto, doravante, poder se misturar a outras histórias, meio reais, meio imaginárias” (ROBIN, 2016, p. 31). Pensemos em episódios da história brasileira, em como traumas vivenciados pelo povo se misturam em meio a tantas outras lembranças, um tanto irreais, um tanto verídicas de acontecimentos atribuídos a nós, sem, contudo, se apresentarem elaborados e analisados. O trauma da ditadura militar (1964-1985) é, sem dúvidas, um dos maiores estabilizadores de lembranças em que, a inscrição testemunhal das vítimas de abusos militares se mistura em meio a lendas construídas com perjúrios e cinismos em couro negro engraxado e uniforme camuflado. No caso da Coréia do Sul e dos abusos vividos em 1980 não é diferente. Ao contrário, a pesquisa que descrevemos neste manuscrito nasce precisamente por esse enlace que pode existir entre as ditaduras brasileira e sul-coreana, em que ambas puderam ser representadas e elaboradas a partir da dimensão fotográfica e literária, deixando entrever aspectos de história e memória que se recuperam *a posteriori*.

Contudo, apesar das evidentes marcas da memória no povo, o trauma da ditadura não parece mostrar-se efetivamente traumático, uma vez que não raro vê-se narrativas baseadas em traços propositadamente parcializados e versões abrandadas de horrores de violação dos direitos humanos. Como se o trauma da ditadura brasileira tivesse uma lembrança encobridora, borrando os

acontecidos nos porões e nas salas de tortura. Por lembrança encobridora, fazemos, necessariamente, referência ao pensamento psicanalítico freudiano, no que tange memória, trauma e sintoma. Freud problematiza em seu texto *Recordar, Repetir e Elaborar* (1914), que o processo de análise de um paciente envolve necessariamente momentos de retomada de acontecimentos traumáticos, situações que infligem adoecimento ao sujeito neurótico. O interesse central não é somente lembrar os fatos ocorridos, mas, sobretudo, os afetos associados a eles, no intuito de elaborá-los diante de uma possível incompreensão por parte do sujeito. Segundo o que observa Freud (1914, p. 149), muitas vezes, o analisando parece não recordar nada do que fora esquecido e reprimido. No lugar da *recordação*, contudo, vem a dimensão da *atuação*. Com efeito, “ele [o paciente] não o reproduz como lembrança, mas como ato, ele o repete, naturalmente sem saber que o faz” (FREUD, [1914] 2016, p. 149).

Continua Freud (1914) pontuando que “[q]uanto maior a resistência, tanto mais o recordar será substituído pelo atuar (repetir)” (FREUD, [1914] 2016, p. 150). À vista disso, o analisando repete em ato em vez de lembrar. Repete tudo aquilo que foi reprimido: inibições, atitudes reprimidas, recalques, traços de caráter condenados pelos pais, entre tantos outros. Além disso, destaca o psicanalista austríaco, o analisando repete todos os sintomas durante o tratamento junto ao analista, como se a compulsão à repetição, vazado em atuação, fosse um mecanismo de recordar as lembranças reprimidas. Desdobrando esse fragmento para um contexto mais amplo, a título de exemplificação, vemos com frequência em países – sobretudo da América Latina – que não se reconciliaram com seus traumas do passado, o retorno freudiano do recalco, a partir de atuações de movimentos sociais específicos clamando a volta daquilo mesmo que causou os traumas e o recalco na nação e nos indivíduos. A atuação revela a compulsão à repetição. A lembrança dos traumas encontra-se encoberta.

Sobre esse recorte específico de momentos de ditadura militar em países de regime democrático, Robin (2016) assevera que se trata de uma repetição em oposição à rememoração. Muitas vezes, “[...] os povos não têm nenhuma responsabilidade no fato de ‘recalcar’, de esquecer no momento oportuno o que incomoda” (ROBIN, 2016, p. 36). Por outro lado, defende a historiadora franco-quebequense que o

[...] o excesso de memória seria da ordem da compulsão de repetição interditando toda reconciliação com o passado e toda distância crítica. A falta de memória também seria da ordem do recalque, pronta para voltar a atormentar um tecido social mal estabilizado e que “acreditava” poder fazer uma economia de sua relação com o passado. [...] penso que não memória justa, nem reconciliação total com o passado (ROBIN, 2016, p. 37).

Yerushalmi (2017, p. 16), por seu turno, assevera que “[u]m povo não pode esquecer o que ele não tenha primeiro recebido”. Em sua leitura sobre os usos da memória coletiva, o autor sentencia que “[...] todo verdadeiro aprendizado consiste em um esforço para lembrar-se do que foi esquecido” (YERUSHALMI, 2017, p. 14). Dessa forma, o esforço ativo para recordar, muitas vezes, pode incorrer no que Robin (2016) de “abuso da memória”, um excesso de memória que irrompe e que coloca em curso traumas e recalques que estabelecem as rotas da compulsão à repetição e atuação desenfreada. Um dos momentos em que se verifica um esforço – frequentemente institucional – de lembrar o que foi esquecido para dele obter formas de validação e apuração de responsabilidades são as chamadas *comissões da verdade* constituídas ao fim de regimes ditatoriais, por exemplo.

Comissões da verdade instituídas em contextos de pós-abuso infligidos a nações inteiras – Chile, África do Sul – podem exemplificar a matéria de que trata Robin (2016), no que tange ao excesso de memória. A compulsão à repetição não necessariamente implica em elaboração. Por outro lado, a falta de

memória – traço de recalque – abre espaço para uma repetição desenfreada, uma vez que as operações de recalque lançam mão de dois tempos: o recalque e o retorno do recalque. Portanto, aquilo que não se deseja enfrentar retorna invariavelmente em forma de sintoma. E quantos países latino-americanos não têm experienciado esses sintomas sociais nos últimos anos?

Pensando no contexto sul-coreano, vemos como essas feridas advindas dos anos de 1980 marcaram, sobremaneira, a história do país. Tanto que muito do que ocorreu durante esse período não foi alvo, por exemplo, de uma Comissão da Verdade destacada e dedicada ao massacre de cerca de duas mil pessoas, embora os dados oficiais contem que apenas duzentas pessoas perderam a vida na cidade de Gwangju, por exemplo. Parece-nos muito sintomático que um episódio tão sangrento e significativo da história moderna de Coreia tenha sido deixado à mercê da própria sorte, restando para a literatura e para a arte, as representações de memória e produção de sentidos. Para as guerras que a Coreia do Sul travou com o Japão, na década de 1950, já nos anos 2000, uma Comissão da Verdade foi destacada para apurar os abusos cometidos pelo Japão, dando especial foco aos abusos – muitos deles sexuais – cometido por soldados japoneses em terras sul-coreanas³. Contudo, no que diz respeito aos levantes estudantis que tiveram especial força em Gwangju, a apuração de responsabilidades e a condução dos culpados a penas à altura dos acontecimentos parece passar ao largo do que os registros fotográficos e outras fontes históricas remontam.

Como se houvesse, neste caso específico, mais que um recalque, um esquecimento notável associado e intencional. Robin (2016) lembra que o

[...] verdadeiro esquecimento talvez não seja o vazio, mas o fato de imediatamente colocar uma coisa no lugar de outra, em um lugar já

³ O relatório final da Comissão da Verdade na Coreia do Sul pode ser consultado em <http://www.dhnet.org.br/verdade/mundo/coreia/index.htm>.

habitado, de um antigo monumento, de um antigo texto, de antigo nome. Ou ainda voltar atrás passando por cima de um passado recente, obliterado em favor de um mais antigo (ROBIN, 2016, p. 93).



Não há como dizer que acontecimentos como o retratado na fotografia⁴ acima não tenham ocorrido. Trata-se de um momento singular em que se mobilizou milhares de estudantes em prol de melhores salários, liberdade de imprensa, direitos sociais e emprego.

As várias pessoas ao redor de um núcleo compõem uma imagem que parece estar em camada. Como se as fileiras ao redor do centro fossem tecidos que envolvem um núcleo a ser protegido. Ao centro, vê-se a bandeira sul-coreana não hasteada, mas deitada. Segurando as quatro pontas, outros cidadãos que, em respeito ao que este símbolo representa, se colocam vibrando na mesma frequência dos tecidos que estão em camadas a poucos metros dali. Embora esta imagem seja um registro inegável do levante social ocorrido contra o regime político na década de 1980, seus rastros parecem estar esmaecidos.

⁴ Fonte: <https://asiasociety.org/korea/gwangju-uprising-divided-country-within-divided-peninsular>, acesso em junho de 2021.

Quase apagados. Ou sem espaço no corpo da história da Coreia do Sul. Não por negligência ou descaso. Ocorre, neste caso, quase um *esquecimento ativo*.

Nesse sentido, o esquecimento de que se trata, neste momento, é um tipo de esquecimento que se institui não como um descuido da memória. Um vacilo que a memória tenha tido, abrindo precedente para o esquecimento. Yosef Yerushalmi (2017) defende que, semelhantemente ao que o ser humano faz com a memória, portanto o esforço de tentar trazer à baila acontecimentos por vezes esquecidos, pode-se também fazer com o esquecimento.

Dito de outra forma, nós fazemos esforço para lembrar. No mesmo passo, podemos fazer o mesmo caminho para esquecer. O historiador americano acentua essa possibilidade a respeito do contexto do Holocausto e dos horrores da Segunda Guerra Mundial. Contudo, podemos entender como esse posicionamento também possibilita uma certa forma de esquecimento ativo de acontecimentos recentes e que, porque são da ordem de uma certa inibição.

Pudera, um acontecimento que coloca o Estado – neste caso, o Sul-coreano – como réu, parece não obter o mesmo espaço na memória coletiva, tanto quanto a guerra travada com o Japão, décadas antes, em que a posição clamada de vítima convence e obtém reconhecimento internacional. Quando o governo sul-coreano é quem abusou e exerceu força desproporcional para conter manifestantes, o esquecimento ativo parece uma ferramenta conveniente para suplantar formas de rememorar e não deixar de escrever e inscrever no presente corrente os males causados em nome das formas e instâncias de poder autoritários.

Bem por isso, é pela literatura e outras formas de arte que o direito à memória pode encontrar estofos para existir e testemunhar o que o esquecimento do tempo lhe permite recobrar.

À vista disso, é lícito afirmar que não se pode pensar em memória desvencilhada da ideia de esquecimento, como se a constituição de uma fosse

dependente e forjada nas tramas do outro. Derrida (2006) já chamava atenção para este fato. Segundo o filósofo, a memória é constituída de um conjunto infinito de espectros, fantasmas e traços de alteridade que atravessam o sujeito, constituindo, a um só tempo, arquivos e esquecimentos; fios de memória e de registros de apagamento; emaranhados heterogêneos que são, nada mais que a experiência de alteridade atravessando o humano.

Cumpramos lembrar que, para Derrida (2001), a memória não é jamais um traço linear e objetivo. Em *Mal de arquivo* (2001), vemos que nem mesmo a memória individual é neutra, linear e inocente, retomando de maneira coerente e pura os acontecidos. Sendo atravessada pelo inconsciente – freudiano, acrescento eu – a memória derridiana será sempre, irremediavelmente, uma interpretação dos fatos. Uma ficção, uma narrativização que se forja no já-vivido, no já-testemunhado, como já destacamos no início desta seção com a proposição sobre o testemunho.

Sendo uma ficção, a memória será faltosa, obliterada, lacunar e incompleta. Se eu me lembro deste fato agora, é porque segundo antes eu havia esquecido. Se houve esquecimento, para me recordar, eu interpreto o vivido. E esta interpretação tem o irremediável atravessamento do inconsciente, do esquecimento e dos recalcamientos que incidem e insistem no sujeito neurótico.

Em suma, a matéria viva da memória não é um passado nulo e ocorrido, mas a narrativa que sobrevive ao esquecimento ativo do sujeito neurótico em rota de se desvencilhar dos recalcamientos de que são feitos sujeitos, povos, sociedades, países, culturas e histórias. Além, é claro, das estórias pessoais e, sobretudo, das democracias modernas.

Para sistematizar melhor esse breve esteio teórico ora cotejado, passemos, a seguir, para o capítulo com a análise da obra *“Atos Humanos”* (2021), de Han Kang, além de outros registros sobre o contexto histórico-social de que trata a autora na obra.

3 MEMÓRIA E ESQUECIMENTO: ATOS HUMANOS



Acima, os traços e as cores não deixam dúvida: trata-se de um quadro⁵ do pintor espanhol Pablo Picasso. Pintado entre 1950 e 1953, o quadro retrata as atrocidades ocorridas durante a Guerra da Coreia (1950-1953). A pintura, incômoda e extremamente viva, está dividida em dois planos. O da esquerda, mulheres nuas, vulneráveis e desarmadas, envoltas por crianças – nascidas ou nos ventres – se voltando para o outro plano da pintura. À direita, uma massa cinzenta de pernas, escudos, espadas, armas, armaduras e violência se projeta, em oposição, ao lado esquerdo. O que há de fragilidade e vulnerabilidade à esquerda, há de belicismo e ameaça à direita. A representação de Picasso incide sobre a intervenção americana extremamente violenta na Guerra da Coreia, matando uma porção de civis, muitos deles mulheres e crianças indefesos e sem meios de proteção ou revide.

⁵ Quadro *Massacre na Coréia* (1950-53), do pintor espanhol Pablo Picasso (1881-1973).



Quando, há pouco, afirmamos com Robin (2016, p. 37) que “a falta de memória também seria da ordem do recalque, pronta para voltar a atormentar um tecido social mal estabilizado e que ‘acreditava’ poder fazer uma economia de sua relação com o passado”, assim o fizemos precisamente por compreender a partir dos arquivos a constância do recalque que pode voltar a desestabilizar a sociedade. Distantes em três décadas, o que fora representado e visto em 1950, retorna em 1980, nas ruas de Gwangju, em outro cenário, outra circunstância, mas fazendo fremir as estruturas de que são feitos os traumas coletivos, como se vê na fotografia anterior⁶, de autoria desconhecida.

Também apoiadas pelos Estados Unidos, as forças armadas sul-coreanas utilizam da mesma desproporção de violência para conter os levantes populares de Gwangju. Civis desarmados, semelhantes às mulheres nuas de Picasso, se mostram vulneráveis e rendidos ante a um soldado armado que os pressiona contra uma fachada. Diferentes tempos. Diferentes memórias. Traços compartilhados. O retorno do recalco?

⁶ Fonte: <http://news.bbc.co.uk/2/hi/asia-pacific/4557315.stm>, acesso em 2021.

Não se sabe ao certo. Mas os arquivos nos deixam imaginar. E a literatura nos deixa narrar. E é o que fez Han Kang na obra *Atos Humanos*. O romance se organiza em seis capítulos. Cada capítulo é narrado por uma personagem diferente. Essa miscelânea de vozes é conclamada precisamente para narrar diferentes pontos de vista do mesmo acontecimento: um levante de estudantes que foi violentamente reprimido pelo exército na cidade de Gwangju, em maio de 1980. Dongho, de apenas quinze anos, é uma das vozes que narra – e é narrado – no romance. A busca por seu melhor amigo, em meio a dezenas de corpos de jovens e estudantes é um dos pontos que abre o olhar do leitor para se sensibilizar sobre a história, muitas vezes, alheia ao público fora do contexto sul-coreano. O mosaico de vozes também conta com a participação de um narrador-morto, em seu segundo capítulo – “Fôlego preto”. Um jovem, Jungdae Park, que perdeu a vida nas mãos dos representantes do exército e que passa a narrar os acontecimentos a partir de uma perspectiva extracorpórea.

Sua participação no mosaico polifônico de narradores se principia a partir da cortante sentença: “[n]ossos corpos estavam empilhados uns sobre os outros, em cruz” (KANG, 2021, p. 41). O capítulo que é aberto por essa asserção se configura como um fluxo de consciência coeso e único. É pura rememoração da vida que ele viveu antes e depois de ser assassinado pelas forças armadas. Sendo memória de um acontecido, um episódio traumático, não podemos encarar de outra forma que não um capítulo inteiro em forma de testemunho. Um testemunho do já-vivido. Um testemunho singular, como se verá adiante. O narrador-morto expõe:

[m]eu corpo, junto com os outros corpos, foi carregado, balançando e, silêncio. De tanto derramar sangue, meu coração parou, e o meu rosto, que ainda continuou a verter sangue, mesmo depois de o coração ter parado, estava fino e transparente como papel. Pareceu ainda mais desconhecido, pois foi a primeira vez que vi meu rosto de olhos fechados (KANG, 2021, p. 41).

Se dissemos há pouco que não há como não compreender o breve relato acima como testemunho é formalmente pelo caráter que esse testemunho desenvolve perante o estatuto que lhe confere a literatura. Se parece absurdo um narrador-morto contar os instantes de sua morte já estando morto, parecemos menos absurdo quando a literatura se encarrega de caracterizar esse testemunho do narrador-morto como a voz que tem potência de veicular o que seria inaudível de outra forma. Dito de outra maneira, vemos com Derrida (2015) que

[a] literatura serve de testemunho do real. A literatura simula, por um excedente de ficção, outros diriam de mentira, passar por um testemunho real e responsável pela realidade histórica – sem, no entanto, assinar esse testemunho, visto que é próprio da literatura o narrador não ser o autor de uma autobiografia (DERRIDA, 2015, p. 80).

O que chama atenção é precisamente que o relato do narrador-morto de Kang (2021) é o que fragmenta o testemunho autobiográfico. Se para contar a própria história é preciso estar vivo, em Kang (2021), o testemunho excede o limite corpóreo e ganha força notadamente porque não se vive mais a vida narrada. Em outras palavras, a potência do testemunho ganha força, uma vez que quem testemunha é o único que pode enunciar em nome da própria morte: a vítima assassinada. É porque ele é vítima e narrador, que seu relato de um já-vivido ganha estatuto de relato incontestável. Posto que a morte não pode mais lhe acontecer – uma vez já ocorrida – o lamento do narrador-morto é a instância derradeira da testemunha que conta em primeira pessoa os horrores vividos. E não somente isso. Vive uma sobrevida que lhe garante a possibilidade de se observar de fora e narrar, para além do instante da morte, o que lhe fazem com seu corpo já sem vida e os restos mortais de tantos outros jovens que morreram em circunstâncias semelhantes. Diz Jungdae Park:

[m]eu corpo continuou a se decompor. Dentro das chagas que se abriram, aglomeravam-se cada vez mais mosquinhas. As moscas-varejeiras pousadas nas pálpebras e nos lábios moviam-se lentamente, esfregando as patinhas pretas e finas. Ao pôr do sol, que emanava raios cor de laranja, por entre os galhos das copas do bosque de carvalhos, eu, cansado de pensar na irmã, agora comecei a pensar neles. Onde estarão agora aquele que me matou e matou a irmã? (KANG, 2021, p. 45).

A grandeza dessa possibilidade de acesso ao testemunho de uma vítima é que dá um tom de disruptura a este segundo capítulo da obra *Atos Humanos* (2021). Derrida (2015), refletindo sobre a obra de Maurice Blanchot - *O instante de minha morte* (2002) - é taxativo: “[n]ão se pode testemunhar pela testemunha que testemunha sua morte, mas inversamente não posso, não deveria poder, testemunhar a minha própria morte, salvo e somente a iminência de minha morte, sua instância como *iminência diferida* (DERRIDA, 2015, p. 55, grifos do autor). Com a devida reverência à obra de Derrida, vemos como a literatura de Kang, no hiato que se forma entre realidade e ficção, entre ditadura sul-coreana e a voz de um personagem fictício, cria singularmente aquilo que Derrida propõe (im)provável: o testemunho da própria morte. À vista disso, vê-se como a potência da criação literária de Kang alcança o mais improvável: fazer-se voz daqueles que não puderam testemunhar a *iminência* de sua morte, dado que a morte se constituiu como *acontecimento*, afinal “[...] só se testemunha lá onde se viveu mais tempo do que aquilo que acabou de acontecer” (DERRIDA, 2015, p. 54). E em *Atos Humanos*, Jungdae Park pode, literariamente, viver – não vivo – mais que o que lhe ocorreu.

Ainda em nosso gesto de leitura, a potência do testemunho da própria morte ganha mais força quando analisamos a criação literária à luz do acontecimento histórico. Blanchot (2002), ao testemunhar a iminência de sua morte afirma: “era isto, a guerra: a vida para uns, para outros, a crueldade do

assassinato” (BLANCHOT, 2002, p. 19). Em Kang (2021), vemos como o segundo caso apontado por Blanchot (2002) se delinea cruelmente.

Com efeito, para acessar os efeitos de sentido de uma estrutura literária como a erguida por Kang (2021) não somente o trabalho com a história oficial deve ser o norte. Ao contrário, é na potência dos arquivos que a emergência de fatos, acontecimentos e versões garantem que o tempo vivo da memória possa fazer morada no presente contínuo e na promessa de futuro. Para o massacre de 1980, os registros de arquivos fotográficos são lastros da memória que parecem sucumbir ao tempo e à falta de manifestação de autoria. Dito de outro modo, vemos como as fotografias do massacre de Gwangju são o que sustenta a memória daqueles que, diferentemente de Jungdae, não conseguem testemunhar os horrores do massacre *a posteriori*. Na fotografia abaixo⁷, integrantes do exército sul-coreano arrastam um corpo de um jovem já sem vida em plena calçada à luz do dia. A morte do jovem é consequência direta do uso excessivo de força e da truculência de soldados para conter jovens que reivindicavam direitos e melhores condições de vida e emprego em meio a uma ditadura.

⁷ Fonte: <https://cepsongunbr.com/2020/05/18/ha-40-anos-o-governo-sul-coreano-massacrava-seu-povo-em-kwangju/>, acesso em junho de 2021.



Ao observar a força deste arquivo, vemos que a potência do relato de Jungdae ganha mais fôlego, como se a voz que se extinguiu junto com este jovem, se somasse a tantas outras e fosse parar no intenso fluxo de consciência do narrador-morto. Jungdae é a voz deles. O corpo, arrastado sem o menor cuidado, é manuseado por três soldados sob a atenta direção de um quarto, à direita da foto. O comando dele se adiciona à expressão sisuda e à mão que aponta ao cadáver. Além de um morto e soldados, há quatro civis que observam ao fundo, dois deles com atenção, a operação que se desenvolve. A falta de destreza dos soldados convoca o olhar. Como se eles soubessem tirar a vida do corpo, mas não soubessem o que fazer depois. Embora parecessem não saber o que fazer, Jungdae Park, o narrador-morto, nos conta o que eles efetivamente faziam, na narrativa de Kang, por meio de seu testemunho:

Senti vergonha e ódio do meu corpo, que estava enfiado debaixo do alto pagode de corpos, como um animal. Sim, a partir daquele momento, comecei a odiar meu corpo. Os nossos corpos, que foram jogados e empilhados como pedaços de carne. Os rostos sujos, que se decompunham e emanavam maus cheiro sob a luz do sol (KANG, 2021, p. 47).

O narrador-morto sente ódio do próprio corpo a partir do que os soldados fizeram com ele. Quantas seriam as pessoas que, semelhante a Jungdae, passaram a sentir ódio do próprio corpo após o instante de morte em Gwangju? Nunca saberemos. O fato é que a grandeza da potência literária de Kang (2021) ganha proporção porque encontramos nos arquivos o lastro histórico daquilo que o (res)sentimento explode em sentidos. Além disso, colocamos especial relevo aos arquivos existentes do massacre de 1980 na Coreia do Sul para contação de histórias e estórias, justamente porque, como assevera Robin (2016),

[h]á acontecimentos que não deixam traço algum nos arquivos, ou cujos arquivos foram destruídos ou perdidos, e mesmo de há algumas testemunhas, ninguém está aqui para corroborar seus frágeis dizeres. Há acontecimentos que deixam traços em cujos arquivos são conservados, mas nenhuma narrativa lhe é incorporada, porque elas não interessam a ninguém, a nenhum historiador, a nenhum curioso. As pilhas e caixas de arquivos estão à espera, mas ninguém para abri-los ou consultá-los. Eles não são nunca abertos, nem consultados, porque ninguém apareceu para tirar os seres do anonimato e os fatos da submersão, para fazer a história daquilo que um dia aconteceu (ROBIN, 2016, p. 86).

De fato, há arquivos que ninguém incorpora narrativas. Há arquivos que ficam à deriva em busca de sentidos. Assim como há também narrativas pessoais que buscam chancela nos arquivos históricos como forma de referendar percepções subjetivas de acontecimentos sociais imensos. A memória em busca de sentido. O esquecimento em rota de colisão com o apagamento. A vida que se faz e se desfaz. Mas que com a força de testemunhar e a ousadia da literatura de nomear o impossível, traz à tona na ficção o que a realidade, muitas vezes, se recusa a reconhecer. Se, por um lado, há acontecimentos que não deixam traço algum, por outro, há aqueles que não cessam de se inscrever, como os períodos ditatoriais. E estes períodos se marcam não pelas feridas que deixam abertas, mas pela ausência de

possibilidade de manter um corpo e nele cultivar feridas e memórias, expondo por ele os nossos *Atos Humanos*, sejam estes para o bem ou para o mal.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O romance *Atos Humanos* (2021), de Han Kang, nos convida à reflexão sobre a dimensão da autoridade em regimes ditatoriais. Por meio de uma narrativização de histórias de várias personagens, em maio de 1980, na Coréia do Sul, temos acesso à sucessão de acontecimentos que se desenrolaram sob o comando do ditador Chun Doo Hwa. O romance de Kang (2021) é extremamente rico e parte de uma perspectiva polifônica para relatos de memória e (res)sentimento de diferentes personagens em momentos diferentes do levante estudantil que resultou na morte de cerca de duas mil pessoas.

Por limitação de espaço, focamos nosso crivo analítico na singular forma de Kang (2021) em trabalhar a noção de testemunho. A partir de Derrida (2015), pudemos perceber como a experiência extracorpórea de Jungdae consegue conferir uma dimensão outra de sentido para testemunho de morte, especialmente, porque não se pode ouvir os testemunhos de quem já não está mais em vida. Contudo, na literatura, a medida do impossível torna-se pensável e tangível. Assim, temos acesso ao que, antes, desafiava a lógica da vida: o testemunho de um narrador-morto. Contudo, nosso olhar central não procurou apenas destacar a proporção singular do testemunho em Kang (2021), mas como essa estrutura narrativa deve ser lida e ressignificada a partir dos registros históricos e arquivos disponíveis. A partir dessa ótica, vemos que o romance de Kang (2021) é muito mais alinhado à perspectiva da memória – e do (res)sentimento – do que, necessariamente, somente uma contação de estórias tendo como pano de fundo o massacre de Gwangju.

Retomando a pergunta de pesquisa feita no início, são, portanto, os instantes de memória que ressignificam a obra de Kang (2021). É porque a memória é convocada como uma forma de conter o esquecimento, o apagamento, a anistia de crimes contra a humanidade que podemos atribuir um valor ainda maior ao escrito de Han Kang. Posto que projeta a dimensão da memória coletiva dos sul-coreanos para além das margens da Coréia do Sul que o romance marca sua relevância histórica. Além disso, é porque tira a poeira de arquivos que, de outro modo, ficaram à mercê do tempo e do esquecimento, *Atos Humanos*, em si, testemunha por dezenas de vidas que passaram décadas de história sem direito à memória. Eis um dos caminhos de conciliação com os (res)sentimentos: testemunhos.

REFERÊNCIAS

BLANCHOT, Maurice. *L'instant de ma mort*. Paris: Gallimard, 2002.

DERRIDA, Jacques. *Mal de Arquivo*. Tradução Claudia de Moraes Rego. Rio de Janeiro: Relume Dumará, (1995) 2001.

DERRIDA, Jacques. *Demeure*: Maurice Blanchot. Paris: Galilée, 1998.

DERRIDA, Jacques. *Demorar*: Maurice Blanchot. Tradução: Flavia Trocoli e Carla Rodrigues. Florianópolis: UFSC, (1995) 2015.

DIDI-HUBERMAN, Georges. *Cascas*. São Paulo: Editora 34, 2017.

FREUD, Sigmund (1914). Recordar, repetir e elaborar. In: FREUD, Sigmund. *Obras completas*, volume 12: Introdução ao narcisismo, ensaios de metapsicologia e outros textos (1914-1916). Tradução e notas de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

KANG, Han. *Atos humanos*. Tradução de Ji Yun Kim. São Paulo: Editora Todavia, 2021.

RICOEUR, Paul. *A Memória, a história, o esquecimento*. Campinas, Editora da Unicamp, 2007.

ROBIN, Régine. *A memória saturada*. Campinas: Editora da Unicamp, 2017.

YERUSHALMI, Y. H. *Usos do esquecimento: conferências proferidas no colóquio de Royaumont*. Campinas: Editora da Unicamp, 2017.

Recebido em 15/07/2021.

Aceito em 28/09/2021.